

CONCEITOS BÁSICOS E TEORIAS EM MANUTENÇÃO DA PAZ INTERNACIONAL: UMA REVISÃO ANALÍTICA

Isiaka Alani Badmus¹

Bert Jenkins²

Introdução

A manutenção da paz desenvolveu-se ao longo dos anos como uma das características mais marcantes das Nações Unidas (ONU) a segunda organização universal na história das instituições internacionais. O sistema de Segurança Coletiva, estabelecido na Carta da organização, foi subutilizado durante um longo período de tempo. Isto é consequência da bipolaridade ideológica e da dicotomização Leste-Oeste do sistema internacional. A Guerra-Fria entre as então superpotências – os EUA e a extinta URSS – incapacitaram e quase paralisaram a capacidade da ONU de resolver conflitos armados numa base duradoura. Além disso, a demasiada politização de questões da ONU (particularmente por parte das cinco potências com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU [CSNU] – os EUA, o Reino Unido (RU), a França, a China e a ex-URSS, agora representada pela Rússia – produziu muitas resoluções cheias de retórica exagerada, a manutenção da paz (apesar de não se refletir na subestrutura teóricas da Carta da ONU) torna-se um instrumento importante para manter a paz e a segurança internacionais (Skiemann 1998: vii; Weiss et al. 1997). Apesar das realizações notáveis das forças de peace-keeping da ONU nas últimas décadas, um mundo sem guerra continua a ser algo enganoso. O aumento exponencial do número de operações de manutenção da paz desde 1988 atesta as maiores expectativas da ONU no sistema

¹ PhD, Professor Associado em Estudos da Paz, Universidade Afe Babalola, Ado Ekiti, Nigéria.
E-mail: isiaka.badmus1@gmail.com

² Professor Sênior, Escola de Ciências Humanas, Universidade da Nova Inglaterra, Austrália.
E-mail: bjenkins@une.edu.au

internacional pós Guerra Fria.

A ONU, a única plataforma universal de cooperação e gestão internacional, está hoje a emergir gradualmente das tensões e dos escombros dos anos da Guerra Fria. Uma das características e desafios mais evidentes do sistema internacional pós-1989 é a proliferação de conflitos armados que ameaçam as estruturas dos Estados a partir de dentro das suas fronteiras (Straus 2012). O fim da política da Guerra Fria e a ascensão de conflitos étnico-linguísticos e sectários, que são empreendidos por vários movimentos sociais e resistentes, grupos rebeldes armados e forças de segurança não-estatutárias que desafiam o monopólio estatal dos instrumentos de violência, trouxeram uma nova era de relações internacionais e, com ela, um novo começo no trabalho das forças da ONU (Boutros-Ghali 1993). É instrutivo, no entanto, que a dinâmica das relações internacionais a partir de 1990 também tenha criado um novo ambiente onde as tarefas de gestão de conflitos se tornaram mais complexas, diversas e urgentes. A mudança dos conflitos interestatais para conflitos locais aumentou as expectativas sobre um papel mais significativo, dinâmico e inovador de gestão de conflitos para a ONU nesta era de cooperação internacional.

Derivando da análise anterior, este documento revê alguma literatura chave no campo da manutenção da paz. O ensaio fornece uma descrição detalhada dos esforços intelectuais na conceitualização da manutenção da paz e das três principais abordagens para pensar conceitualmente sobre o tema, os problemas causados por estas abordagens, bem como os da taxonomia/classificação da manutenção da paz em sua história intelectual. Nós exploramos as ligações entre a globalização e a política global, bem como seus impactos sobre a natureza e sua prática. Situaremos então o estudo e análises do tema no contexto mais amplo da política internacional e das teorias de relações internacionais. Examinaremos quatro grandes teorias (Tese Liberal de Paz, Cosmopolitismo, Cultura Global e a Teoria Crítica), a fim de explicar como ajudam ou dificultam a nossa compreensão sobre manutenção da paz. Sem dúvida, a bibliografia sobre a manutenção da paz é demasiada vasta e diversa para ser completamente abarcada; entretanto, revemos alguns dos primeiros estudos-chave sobre o tema da investigação, com o objetivo de contextualizar a literatura atual.

Manutenção da paz, Globalização e Política Global: Definição de Gestão e Discurso Conceitual

Manutenção da paz é um termo usado de diferentes maneiras

por pessoas diferentes – estudiosos, analistas e praticantes da manutenção da paz – com base em suas diversas orientações teóricas/tradições (Kondocho 2007). Simplificando, a manutenção da paz é um mecanismo adotado pela ONU para a gestão de conflitos. Trata-se sempre de uma interposição de forças entre as partes em conflito, criando uma zona tampão. A manutenção da paz é uma operação que visa essencialmente manter um cessar-fogo. Na sua forma tradicional, envolve o destacamento de pessoal militar para teatros de conflito com responsabilidades de supervisão das zonas-tampão e de acompanhamento dos acordos de cessar-fogo. Segundo a ONU, a manutenção da paz é “... uma operação que envolve pessoal militar, mas sem poderes de execução, empreendida pelas Nações Unidas para ajudar a manter ou restaurar a paz e a segurança internacional em áreas de conflito”. Estas operações são voluntárias e baseiam-se no consentimento e na cooperação. Embora envolvam o uso de pessoal militar, eles alcançam seus objetivos não pela força das armas, contrastando assim com a “ação de execução” das Nações Unidas sob o Artigo 42” (Nações Unidas, 1990: 4). A abordagem da manutenção da paz representa uma formulação diferente do papel das Nações Unidas na paz e segurança em relação às previstas nos Capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas. Acrescentou uma nova dimensão aos instrumentos diplomáticos tradicionais de negociação, conciliação e mediação. Conscientes de que a introdução de forças de manutenção da paz pela ONU em zonas de conflito deverá estabilizar uma situação militar explosiva até que se possa estabelecer a base para uma solução mais duradoura. Este processo proporciona às partes beligerantes um zona tampão, na qual negociarão e trabalharão para uma resolução pacífica do seu conflito (Bassey 1993: 188).

A manutenção da paz não é um fim em si mesma na continuidade da resolução de conflitos. Pelo contrário, é um meio em que o seu sucesso depende de outros esforços de resolução de conflitos a nível político, tais como bons ofícios, arbitragem e negociação, entre outros. Por conseguinte, a manutenção da paz deve ser realizada para apoiar processos políticos funcionais (Bellamy, Williams and Griffin 2010). Desde o desenvolvimento desta abordagem da gestão e resolução de conflitos, foram realizadas operações de manutenção da paz em locais como Líbano, Somália, Chipre, Serra Leoa, República Centro-Africana (RCA), para mencionar apenas alguns.

Tendo fornecido uma breve explicação sobre manutenção da paz, examinamos então os impactos da globalização e da política global sobre a natureza e a prática da manutenção da paz. Essa prática está atualmente sendo influenciada pela natureza dinâmica da política global. A globalização é um conceito em disputa e está sujeita a diferentes interpretações teóricas. Uma vez que o presente documento não se preocupa em desenvolver um quadro teórico para a globalização, é suficiente fornecer uma breve explicação sobre o conceito. Do ponto de vista teórico liberal, a globalização é uma integração crescente das atividades das sociedades humanas a nível global. São tanto os processos de integração vertical como os horizontais que envolveram um número e um gama crescentes de atividade de transação transnacionais, em bens e serviços. Estes processos de integração também envolvem fluxos internacionais de capital, na migração humana. Tudo isto é possível através de uma difusão rápida e extensiva da tecnologia (Bello 2003).

Os processos de globalização transformaram a política mundial de uma ordem vestfaliana, tendo o Estado como unidade básica de análise, numa ordem pós-vestfaliana exemplificada pela atividade transnacional, pelas comunicações globais e por um conjunto diversificado de atores politicamente importantes (Bellamy, Williams and Griffin 2004: 11). Esta transformação tem suscitado um intenso debate entre os estudiosos sobre qual deve ser exatamente o papel das forças de manutenção da paz neste contexto internacional altamente dinâmico. A luta entre os estudiosos que enxergam as atividades de manutenção da paz na política global através do prisma vestfaliana e os adeptos de uma concepção pós-vestfaliana mais grandiosa centra-se em toda a questão da paz democrática liberal. As escolas opostas aceitam unanimemente o fato de que o liberalismo promove a coexistência pacífica, mas diferem exatamente no que se refere à tese democrática liberal³. A concepção vestfaliana de manutenção da paz baseia-se numa compreensão mais estreita da paz democrática, uma vez que argumenta que o domínio da manutenção da paz deve limitar-se à resolução pacífica de conflitos internacionais (conflitos interestatais) e à facilitação de relações pacíficas entre Estados. Com efeito, Bellamy, Williams

³ A Tese de Paz Democrática Liberal é amplamente discutida na seção sobre abordagens teóricas ao estudo da manutenção da paz. Ver também Chan (1997); Richmond (2007) e Russett e Harvey (2000).

e Griffin (2004: 2) fazem uma crítica a esta posição porque, do ponto de vista de Vestfália, segundo eles, significa que: “a persuasão ideológica e a organização política das sociedades dentro dos Estados não devem dizer respeito às forças de manutenção da paz, desde que os Estados subscrevam às normas vestfalianas de autonomia soberana e não intervenção.” Portanto, a perspectiva vestfaliana sustenta que o conflito e a desordem dentro de um Estado (conflitos internos) e as emergências/catástrofes humanitárias complexas daí resultantes estão fora da jurisdição das forças de manutenção da paz.

Contra o paradigma vestfaliano, centrado no Estado, estão os estudiosos que vêm o papel dos soldados da paz na política mundial num contexto mais amplo e têm uma compreensão mais profunda da paz democrática liberal (ver Paris 2002). Esta perspectiva sugere que: “As relações liberais entre os Estados requerem sociedades liberais-democráticas dentro dos Estados, porque se supõe que a forma como um determinado Estado conduz seus assuntos internacionais está inextricavelmente ligada à natureza da sua sociedade democrática” (Bellamy, Williams e Griffin 2004: 2).

Esta posição (pós-vestfaliana) indica que existe umnexo simbiótico entre os assuntos internos e as relações internacionais de um Estado e que a má governança e a anarquia dentro de um determinado Estado tendem a desestabilizar a segurança internacional (ver Hoffmann 1995: 167). Consequentemente, a concepção pós-vestfaliana de manutenção da paz transcende o modelo clássico de manutenção da paz para incluir uma tarefa abrangente de assegurar a estabilidade a nível interno do Estado individual, que pode ser obtida por meio da exportação de valores democráticos liberais para as sociedades e para os Estados que estão a viver ou que já viveram a instabilidade política e a anarquia.

A controvérsia entre as entre essas perspectivas opostas reflete o debate de longa data entre, por um lado, os fervorosos defensores da Carta da ONU que defendem os princípios clássicos das normas e regras internacionais das relações interestatais, que valorizam a igualdade soberana dos Estados e se baseiam na crença da primazia do princípio de não-intervenção nos assuntos internos de um Estado; e, por outro lado, há aqueles estudiosos que apoiam o direito internacional humanitário (DIH) argumentando que a segurança do Estado (no sentido realista) ou a segurança dos indivíduos dentro de um Estado deve ser de

extrema importância para a comunidade de Estados civilizados.

A ideia de não-intervenção em situações de conflito interno (a concepção vestfaliana de manutenção da paz na política global) encontrou apoio entre os países em desenvolvimento, enquanto os Estados avançados do ocidente têm defendido a tese do desenvolvimento a partir da base das normas de direitos humanos e do DIH (Duke 1994). Esta posição do ocidente tornou a soberania dos Estados não tão absoluta, uma vez que as questões de direitos humanos são agora questões de interesse internacional, o que significa que se aplicam a situações tanto dentro como entre Estados. Com base nesse desenvolvimento e entendimento, os governos não podem mais usar a soberania do Estado como desculpa para escapar das sanções quando são os perpetradores de abusos de direitos humanos contra seus cidadãos ou quando falham em seus deveres relacionados à proteção das populações, especialmente em situações de conflito (Ignatieff 2002).

Sem dúvida esta posição autoriza e legitima os papéis de intervenção das forças de manutenção nos assuntos internos de um Estado, apoiando assim a concepção pós-vestfaliana de manutenção da paz. Além disso, argumentamos que a perspectiva da manutenção da paz em Vestfália parece não captar as tendências recentes em operações de paz em que a ONU, os acordos regionais e as alianças de Estados, por exemplo, “coligações de Estados dispostos”, intervêm em situações de conflito interno para trazer paz e segurança aos Estados e às regiões. As recentes operações de manutenção da paz da ONU na África e em suas organizações regionais e sub-regionais, com a União Africana (UA) no Burundi (Missão Africana no Burundi ou AMIB) e a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), bem como as operações de manutenção da paz e de garantia da paz feitas pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na África Ocidental nos anos 90 e 2000, demonstraram esta perspectiva. Aparentemente, afirmamos que o que falta no argumento dos estudiosos pós-vestfalianos é justamente o que a ONU ou qualquer força de intervenção tenha de lidar com a complexidades associadas às questões de soberania e ao uso de intervenção armada, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o direito internacional e a exigência de consentimento dos governos das nações em que as intervenções têm lugar.

Ao analisar o debate e os impactos da falta de consenso entre os

estudiosos, Bellamy e seus colegas (2004): 3) concluem assim:

Até este momento, esta luta ainda não foi resolvida de forma conclusiva. Na verdade, argumentamos que esta tensão permanente está no cerne de muitas das dificuldade teóricas e práticas que as forças de manutenção da paz de hoje enfrentam. No entanto, os processos de globalização contemporânea estão a deslocar o debate em favor de concepções pós-vestfalianas de manutenção da paz. Os processos não só estão a confundir cada vez mais as distinções empíricas entre política doméstica e internacional, como também estão a encorajar uma maior, embora ainda limitada, preocupação com os erros humanos onde venham a ocorrer.

Em outras palavras, a globalização não está apenas a alterar o ambiente em que as forças de manutenção da paz operam, mas está também afetando basicamente as auto-imagens que têm sobre seus próprios papéis na política global.

Três abordagens majoritárias para pensar conceitualmente sobre de manutenção da paz são perceptíveis na literatura. São elas: (1) A abordagem de estudo de caso, (2) A abordagem baseada nas características, funções e tipos de manutenção da paz, e (3) A abordagem de mediação de terceiros. A tese central da abordagem de estudo de caso, favorecida por estudiosos como Durch (Ed.) (1993), (1997); James (1996); Skogmo (1989); Weiss (1995); Wolfgang and Martin (Eds) (1998) e recentemente influenciado pelos escritos de Adebajo (2002); Chesterman (2002); Chopra (2002); Dallaire (2004); Ginnifer (2002); Goldstone (2004); Howard (2002); Ian and Mayer-Rieckh (2005); Rogie (2003); Suhrke (2001); Olonisakin (2008), Badmus (2015), (2017) é que, devido à sua natureza ad hoc em resposta a cada problema, a manutenção da paz é melhor abordada conceitualmente, caso a caso. Portanto, a descrição e a análise das operações de paz passam a ser objetivos e tarefas fundamentais associadas a esta abordagem. A abordagem do estudo de caso tem o mérito de diferenciar entre operações e é também benéfica para ajudar a superar a tendência que decorre da propensão para considerar todas as atividades de manutenção da paz anteriores a 1989 como sendo de tipo vestfaliano, e vice-versa. Ademais, esta abordagem oferece uma explicação abrangente das “lições aprendidas” para corrigir os erros das missões de paz em curso ou essas lições aprendidas podem ser a base para o planejamento e a condução

de futuras operações de paz (Johnstone 2005). Apesar deste méritos, ela não consegue oferecer um análise e compreensão abrangentes dos papéis mutáveis da manutenção da paz na política global. Esta abordagem também é criticada por ser demasiada restrita a casos específicos na sua análise, tornando assim seu foco estreito. Além disso, Diehl, Druckman e Wall (1998: 34) rejeitam esta abordagem tendo-a como enganosa, pois consideram-na como uma abordagem baseada na singularidade das missões de manutenção da paz; que não é útil na construção de uma teoria sobre manutenção da paz; e também não fornece muita orientação na elaboração de políticas, apoiando apenas os esforços para encontrar lições aprendidas com qualquer que seja a operação mais recente ou importante. Diehl e seus colegas argumentam que ainda que as tentativas de alguns estudiosos de generalizar o mesmo utilizar comparações de casos múltiplos são igualmente erradas porque tratar todas as missões como iguais sob o termo geral de manutenção da paz tem a tendência de agravar ainda mais o problema da classificação pois, segundo eles, existem, na época contemporânea, muitos tipos de operações de paz e, como tal, torna-se difícil avaliar se as generalizações sobre um tipo são aplicáveis a outros.

Há também uma tentativa na literatura de classificar a manutenção da paz com base nas suas características gerais, funções e papéis, como ‘índices’ de classificação como forma de ultrapassar estes mal-entendidos conceituais. Usando o que chamamos de Abordagem Taxonômica’, o antigo Secretário Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, em sua Agenda para a Paz (1992: 20) define a manutenção da paz como a “implantação de uma presença das Nações Unidas no campo, até agora com o consentimento de todas as partes envolvidas, normalmente envolvendo pessoal militar e/ou policial das Nações Unidas e frequentemente também civis. A manutenção da paz é uma técnica que expande as possibilidades tanto para a prevenção de tipologia para o papel da ONU na gestão de conflitos na era pós-Guerra Fria, que pode ser resumida da seguinte forma:

- *Diplomacia Preventiva*: destinada a tomar medidas para prevenir o surgimento de conflitos em ambos os países. Situações violentas e não-violentas.

- *Estabelecimento da paz (Peacemaking)*: visa reunir as partes hostis por meio pacíficos, tal como determinado no Capítulo VI da Carta

das Nações Unidas.

Manutenção da paz (Peacekeeping): a projeção de uma presença da ONU no campo, com consentimento entre as partes, para acabar com os conflitos e preservar a paz uma vez estabelecida.

Construção da paz (Peacebuilding): ação pós-conflito destinada a assegurar que a violência não volte a ocorrer e a identificar e apoiar estruturas que reforcem a paz (ver O’Neill e Rees, 2005: 6).

A partir da análise anterior, a tipologia de Boutros-Ghali é benéfica porque aponta para o fato de que a prevenção de conflitos e a manutenção da paz por si só não são suficientes para alcançar uma paz sustentável, que são funções de ambas as forças dos processos de restabelecimento e de construção da paz. O Relatório Brahimi (2000, p. 10) apoia plenamente a posição de Boutros-Ghali de que as operações de paz da ONU podem envolver atividades de prevenção de conflitos e de restabelecimento da paz, de manutenção e consolidação da mesma. Transcendendo os princípios (“trindade sagrada”) do modelo clássico de manutenção da paz, Boutros-Ghali constrói um convincente argumento para o relaxamento da exigência de consentimento, a fim de facilitar o rápido destacamento de forças de manutenção da paz da ONU em situações voláteis em que os consentimentos dos beligerantes se revelarem difíceis de assegurar (ver Neethling 2009: 2-3). Apesar de muitos estudiosos e praticantes da manutenção da paz terem apoiado a categorização de Boutros-Ghali (Diehl, Reifschneider and Hensel 1996; Goulding 1993; White 1997), existe um cinismo geral em relação a sua tentativa de expandir esta definição e tipologia. O quadro conceitual de Boutros-Ghali foi, na melhor das hipóteses, dificultado pela incerteza e imprevisibilidade. Rejeitando a categorização de Boutros-Ghali, Bellamy, Williams e Griffin (2004: 13) perguntaram retoricamente: “O que devemos fazer, por exemplo, com as operações que ostentam o rótulo de manutenção da paz, mas não gozam do consentimento concreto de todas as partes ou não empregam exclusivamente pessoas da ONU?”

Durch (1997: 8), no seu estudo sobre manutenção da paz e lições dos anos 90, identificou quatro tipos de operações de paz: manutenção da paz tradicional, operações de paz multidimensional, imposição da paz e intervenção humanitária. Estudiosos como Demurenko e Nikitin (1997), Diehl, Druckman and Wall (1998) oferecem uma tipologia mais detalhada. De acordo com esta taxonomia, Diehl, Druckman and Wall

(1998: 39-40) classificaram as operações de manutenção da paz em 12 categorias que vão desde a manutenção da paz tradicional à aplicação de sanções por meio da pacificação, enquanto Demurenko e Nikitin (1997) apresentaram sete tipos de manutenção da paz. Bellamy, Williams and Griffin (2004) listaram cinco tipos de manutenção da paz: tradicional, gestão de transição, manutenção da paz abrangente, imposição da paz e operações de apoio à paz. Segal (1995) baseou sua classificação histórica na cronologia. A sua tipologia está mais preocupada com as condições políticas que justificam a autorização da missão de paz e não é tão específica quanto às características das próprias operações de paz. No entanto, em termos práticos, a sabedoria convencional atesta o fato de que eles estão inter-relacionados e são, na melhor das hipóteses, inseparáveis. Apesar disso, Diehl, Druckman and Wall (1998: 35) deixaram clara esta lacuna ao criticar a tipologia de Segal porque, segundo eles, essa tipologia pode ser útil para descrever a gênese da manutenção da paz da ONU e o seu desenvolvimento, mas falha em fornecer referências teóricas para a compreensão dos diferentes tipos de missões de paz, como se poderiam medir os sucessos e fracassos de manutenção da paz e qual o tipo de treinamento seria o mais adequado, entre outras questões.

Desde o fim da Guerra Fria, alguns estudiosos têm classificado várias missões de manutenção da paz sob rótulos convenientes mas enganosos. A este respeito, Goulding (1993) argumenta que existem “três gerações” de manutenção da paz, enquanto Thakur (2005) sugeriu “seis gerações”. Thakur e Schnabel (2001) também enumeraram seis “gerações em cascata” de operações de paz: tradicional, não ONU, expandida, reforço da paz, restauração da paz por meio de ações multinacionais/criação de Estado pela ONU, restauração da paz através de parcerias. Outros estudiosos afirmam que existem apenas dois tipos de manutenção da paz: a Vestfaliana, que é a manutenção da paz tradicional dos anos da Guerra Fria e a “nova manutenção da paz” (Ratner 1995) ou as missões de paz de “segunda geração” (Mackinlay e Chopra 1992). Nishihara (1993) foi ainda mais longe e baseou a sua categorização nas próprias forças de manutenção da paz, identificando três tipos distintos de soldados da paz: (1) forças de manutenção da paz de pleno direito, (2) forças de manutenção da paz restritas, e (3) promotores da paz. Nesse contexto, O’Neill e Rees (2005: 7) são da opinião, com base na

definição de Nishihara de que os soldados irlandeses (tropas) estavam em momentos diferentes na categoria (1) no Chipre, na categoria (2) na Somália e na categoria (3) em seu envolvimento na ONUC⁴, desde que seja aceito como um caso de reforço da paz. É nesta base que O'Neill e Rees (200) alertaram que esta categorização tem de ser tratada com grande cuidado.

Não há dúvida de que a identificação das principais características e papéis dos diferentes tipos de manutenção da paz é muito interessante e oferece uma abordagem útil na compreensão da manutenção da paz, mas não são isentos de deficiências. Em primeiro lugar, a existência de diferentes categorias de manutenção da paz é indiscutível, mas a classificação em diversas “gerações” é enganadora e, na melhor das hipóteses, um anacronismo, uma vez que tais esforços estão destinados a criar inconsistências ou mesmo a agravar as ambiguidades de definição e os mal-entendidos conceituais existentes. Johnstone (2005: 7) faz uma crítica desta abordagem ao dizer: “Embora essas taxonomias deem uma ideia da vasta gama de operações que nem sempre são bem descritas como manutenção da paz, quanto mais numerosas forem as categorias e, quanto mais sutil for a distinção entre elas, menos úteis serão como instrumentos analíticos”.

Além disso, a abordagem parece carecer de flexibilidade porque oculta o importante fato de que as operações de manutenção da paz podem desempenhar numerosas funções ao mesmo tempo e podem mesmo oscilar entre diferentes tipos (Diehl, Druckman and Wall 1998: 38; Diehl 2008: 14, e ver também Diehl and Druckman 2010). Outra crítica à abordagem da taxonomia é que ela não fornece explicações abrangentes sobre a natureza mutável da política internacional e como isso tem metamorfoseado a manutenção da paz e, por extensão, o papel de suas forças, Wilde (2001) conclui que a terminologia “gerações” não é benéfica para a compreensão da manutenção da paz e é normativamente problemática. Wilde argumentou que a abordagem taxonômica significa erroneamente que tem havido um desenvolvimento positivo através de gerações sucessivas de crescente complexidade, e que ela anuncia falsamente melhorias. Ou seja, promove enganosamente a ideia de que as gerações sucessivas de manutenção da paz são de alguma

4 ONUC é a sigla francesa para a Operação das Nações Unidas no Congo.

forma melhores suas versões anteriores. Estas razões explicam por que esta abordagem que classifica a manutenção da paz com base nas suas características, funções e papéis foi rejeitada e considerada como auto-referenciada.

A terceira abordagem na literatura considera a manutenção da paz como uma forma de mediação de terceiros (Fetherston, 1994a&b 2000; Fetherston, Ramsbotham e Woodhouse 1994). Fetherston propõe uma teoria de manutenção da paz que está enraizada no conceito de intervenção pacífica de terceiros. Desenvolvendo essa linha de raciocínio, ele argumenta que, para a ONU resolver com sucesso os conflitos pós-Guerra Fria, a prática de manutenção da paz precisa ser baseada em uma estrutura teórica que considere tanto os meios quanto os fins como essenciais. O autor também avaliou corretamente que, no sistema internacional contemporâneo em no qual o envolvimento da ONU é cada vez mais abrangente e complexo em conflitos armados, existe uma necessidade imperiosa de uma compreensão mais desenvolvida e conceituada sobre sucesso (Fetherston, 1994a: 42). Os modelos de contingência formam a base da estrutura de Fetherston e ela defende ainda que atualmente, o que se espera das forças de manutenção da paz (ou seja, mediação, consulta, facilitação, negociação, entre outros) e o tipo de treino (militar) a que são submetidas são diametralmente opostas. Fetherston recomenda o seu quadro conceitual como a melhor abordagem para a melhoria do desempenho das forças de manutenção da paz. Em tom semelhante a esse, e desenvolvendo ainda mais a posição de Fetherston, Ryan (2000) utilizou diferentes fase do conflito para defender o momento apropriado para a intervenção por meio da manutenção da paz. Apesar de seus méritos, esta abordagem não considera o caráter essencialmente político e imprevisível das situações e espaços em que as operações de manutenção da paz são destacadas.

A conclusão lógica das discussões anteriores é que, apesar dos múltiplos quadros existentes na literatura para abordar os problemas conceituais de manutenção da paz, estas abordagens negligenciaram o imperativo das estruturas e processos da política mundial, os seus impactos e como estes condicionaram os papéis das forças de manutenção da paz. Além disso o dispêndio de muito tempo e energia em classificar as missões de manutenção da paz levou os estudiosos a minimizar o caráter ad hoc e político inerente a tais missões, o que esconde as dis-

putas sobre seus objetivos concretos.

As Estruturas e as Abordagens Teóricas

Embora haja um número crescente de artigos e monografias acadêmicas que contribuem para a literatura sobre manutenção da paz após o fim da Guerra Fria, as tentativas de teorização das operações de paz são relativamente recentes (Barnett 1995; Bellamy, Williams e Griffin 2010; James 1990; Pugh 2003)⁵. Johnstone (2005) atribuiu os aumentos dessa literatura a três fatores principais. O primeiro é o aumento do número de operações de paz realizadas pela ONU e por organizações regionais desde 1999. Em segundo lugar, a publicação do relatório Brahimi em 2000 e por último, os ataques terroristas de Setembro de 2001 contra os EUA, considerados um ponto crítico no qual era necessário repensar a segurança internacional e novos tipos de ameaças ao sistema internacional. Os atentados terroristas do 11 de setembro alteraram a maneira como a segurança é analisada. De fato, Johnstone (2005) argumentou ainda que esse evento traz uma tendência que começou há alguns anos atrás na análise de manutenção da paz em um contexto mais amplo da política internacional e de teoria das relações internacionais. Assim, a necessidade de aprofundar os estudos envolveu a comunidade acadêmica (Paris 2000; Pugh 2003). Por um lado, Paris (2000) apela a uma reflexão mais teórica sobre as operações de paz. Ele sugere que existe uma necessidade urgente de estudar a operação de paz de forma a transcender as questões operacionais práticas e, em vez disso, examinar essas operações como uma janela que conduz a uma arena onde é possível concentrarmo-nos em fenômenos maiores associados à política internacional.

Ademais, Bellamy, Williams e Griffin (2004) argumentam que, apesar da infinidade de textos acadêmicos sobre operações de paz que analisaram os pontos fortes e fracos, bem como suas experiências, há pouca ou nenhuma tentativa de analisar criticamente a influência da política global e o papel da manutenção da paz em si. Estes estudiosos tentam preencher esta lacuna separando opiniões sobre a prática e a teoria de manutenção da paz (ou o papel da manutenção da paz) em pontos de vista *vestfalianos* e *pós-vestfalianos*, como já explicado anteriormente. Da mesma forma, Bellamy (2004), Bellamy e Williams (2004) e Pugh (2004), numa edição especial da revista acadêmica “*International Peacekeeping*”, conceberam uma abordagem que dividiu o campo entre as visões “*crítica*” e de “*resolução de problemas*” como forma de

⁵ De acordo com Bellamy, Williams e Griffin (2010), as exceções a esta tendência foram as obras padrão anteriores de Fetherston (1994a) e Rikhye (1984).

pensar novamente sobre a manutenção da paz. Embora estas abordagens teóricas sejam importantes, o que distingue a teoria da “resolução de problemas” da outra é o fato dela tomar o mundo contemporâneo como ele é e tentar encontrar soluções para os problemas que dele emanam. Por oposição, a teoria crítica questiona a ordem internacional vigente a fim de desvendar e expor os interesses que ela realmente serve e protege, com o objetivo de transformar a ordem de tal forma que ela proteja os interesses daqueles que estão em desvantagem (Cox 1981; Booth 2007). Segundo Pugh (2004), uma parte significativa da literatura sobre manutenção da paz inclina-se para o quadro teórico da “resolução de problemas”, o que, na opinião dele, é prejudicial, uma vez que limita a capacidade dos estudantes de manutenção da paz de pensar engenhosamente sobre o papel que as operações de paz desempenham no esquema mais vasto das coisas. Ele sugeriu, portanto, um quadro diferente para o estudo da manutenção da paz, ou seja, uma abordagem teórica que questiona a sabedoria dada como certa sobre manutenção da paz e a ordem global que ela serve (Johnstone 2005: 2).

A necessidade pensar teoricamente sobre as operações de paz é muito importante porque, segundo Bellamy, Williams and Griffin (2010: 19), negligenciar a teoria dos estudos de manutenção da paz limitará a nossa capacidade de compreender toda a gama de questões nas operações de paz, desde os efeitos de gênero de algumas práticas de manutenção da paz até a base ideológica dessas operações. Isto porque, como estes estudiosos explicaram, situar esse estudo num quadro teórico ajuda-nos a entender as complexas interações sociais envolvidas nesse processo de manutenção da paz, o que por sua vez influencia o que devemos estudar, como estudamos estes fenômenos e, subsequentemente, também as conclusões a que chegamos. Portanto, voltamos agora para examinar quatro das principais abordagens teóricas que são discerníveis na literatura sobre manutenção da paz, que oferecem possíveis quadros para análise e interpretação da pesquisa sobre o tema. O nosso exame centrar-se-á em três áreas principais: (1) os princípios de cada teoria, (2) suas deficiências e (3) principais argumentos de seus críticos e as formas alternativas de pensar sobre eles.

A Teoria da Paz Liberal⁶

Apesar do domínio do realismo, o paradigma da paz liberal ocupou um lugar muito importante nos discursos teóricos das relações internacionais

⁶ Parte da lógica da paz liberal foi discutida na seção anterior, especialmente sobre a concepção pós-vestfaliana de manutenção da paz.

(Dunne 2011). O liberalismo enquanto quadro teórico difere marcadamente do realismo que projeta o sistema internacional como potencialmente anárquico (Morgenthau 1973; Keohane 1986; Vasque 1983; Waltz 1979; Wayman e Diehl 1994 para mencionais apenas alguns). Apesar de diferentes estudiosos realistas, com base nas suas diversas orientações do paradigma político realismo/poder político, fazerem suposições diversas, eles tendem a unir-se em três pressupostos gerais (Holmberg 1998: 12). Em primeiro lugar, os realistas enfatizam a centralidade do Estado na medida em que este é o principal ator do sistema internacional, e a situação anárquica prevalece na ausência de um governo mundial. Em segundo lugar, no contexto da política mundial, o Estado é visto como um ator racional que sempre se esforça para maximizar seus ganhos e utilidade esperados. Supõe-se, como Holmberg (1998: 13) argumentou, que os Estados devem “classificar cuidadosamente as diferentes alternativas e calcular os custos e ganhos de cada ação”. Em terceiro lugar, a centralidade do poder é um elemento importante do quadro teórico realista. A suposição aqui é que, no sistema internacional, os Estados buscam poder para expandir ou manter sua posição. Assim o objetivo do Estado no sistema internacional é a maximização do poder e o meio é também através do poder. Em seu livro, *Politics Among Nations* (1949: 210), Morgenthau apropriadamente capta a essência do realismo: “Todas as nações ativamente engajadas na luta pelo poder devem, na verdade, visar não um equilíbrio – isto é, igualdade – de poder, mas uma superioridade de poder em seu próprio nome”.

Por oposição, o liberalismo procura projetar a importância da liberdade, da justiça e da ordem nas relações internacionais. No caso específico das operações de paz, a teoria liberal da paz é sem dúvidas a mais dominante. No que diz respeito às operações de manutenção da paz, os defensores da teoria da paz liberal defendem que a paz estável poderia ser alcançada quando a teoria e a prática de manutenção da paz são sustentadas pela tese da paz liberal (Paris 2004). Isto implica que os conflitos podem ser reduzidos através da disseminação do liberalismo entre os países do mundo. O pressuposto implícito da teoria da paz liberal é que os Estados democráticos não fazem guerra a outras democracias liberais. Esta observação não implica que os Estados liberais não entrem em guerra ou que sejam menos beligerantes em suas relações interestatais com Estados não liberais. A sugestão é que os Estados liberais devem optar por não fazer guerra e que, por tenderem ao liberalismo, tenham maior probabilidade de serem pacíficos quando comparados à Estados “menos liberais”, o que explica a razão pela qual os Estados democráticos são os menos propensos a fracassar e cair na anarquia. Esta afirmação é, naturalmente, contestável, pois talvez seja óbvio que os Estados liberais fazem guerra aos Estados que consideram menos liberais, o que, em si mesmo,

é um ato agressivo ou uma expressão de comportamento não pacífico. Tais ações muitas vezes acontecem ao ampliar o argumento de que esses Estados “falharam” e precisam ser democratizados ou fixados para se tornarem sistemas de Estado democráticos liberais ideais.

Como afirmam Bellamy, Williams and Griffin (2010: 23), acadêmicos que seguem tradições teóricas de paz liberal oferecem duas justificativas explicativas para este cenário. Primeiramente, os Estados democráticos liberais têm instituições políticas internas bem estabelecidas. Estes incluem um sistema judicial independente, uma legislatura em conjunto com um Estado de Direito eficaz que controla os poderes dos seus líderes para travar guerras de forma irracional com grupos rebeldes dentro do seu Estado ou com outros Estados-nação. Além disso, muitas das organizações internacionais a que estes Estados pertencem são guiadas por normas, valores e princípios democráticos que renunciam igualmente à guerra como instrumento para alcançar objetivos de política externa e/ou a base para manter boas relações internacionais (Owen 1994). Portanto, os Estados liberais são guiados por normas democráticas que garantem a emancipação humana e valorizam a resolução pacífica de controvérsias políticas. Em segundo lugar, a nível interno de um Estado individual, a tendência para a guerra entre Estados democráticos é reduzida devido às normas e valores democráticos que orientam esses países a “reconhecerem a legitimidade uns dos outros”.

Correlacionando a teoria da paz liberal às operações de paz, assume-se que a montagem de missões de paz serve os interesses das democracias liberais, promovendo os princípios básicos da paz liberal. Reforçando ainda mais este argumento, Bellamy, Williams e Griffin (2010: 24) afirmaram:

Isto é mais evidente nas operações de paz que procuram construir a paz *dentro dos Estados* – que estão a tornar-se cada vez mais a norma usual... Estas operações tentam construir uma paz estável, permitindo a criação de sociedade democrática e economias de mercado livre liberais. Eles são frequentemente apoiados neste esforço por ONGs ocidentais (Itálico no original).

De uma perspectiva liberal, a intervenção de paz liberal é necessária e justificada tendo como base o fato de que uma sociedade que desceu para conflitos e violência armada com consequências negativas para a sua população civil já não pode reivindicar soberania e não intervenção (Jabri 2010: 42).

Apesar de sua importância, a teoria liberal da paz tem sido alvo de críticas, especialmente por parte das regiões do Terceiro Mundo e da China, uma vez que promove a concepção pós-vestfaliana das relações internacionais e da

manutenção da paz, que são influenciadas pelos ideais políticos neoliberais para uma economia mundial globalizada (Harvey 2007; ver também Bellamy 2009). Os críticos desta teoria argumentam que as operações de paz devem ser utilizadas para resolver conflitos entre Estados, mas percebem as tentativas de ampliação do papel dos mantenedores da paz para lidar com conflitos internos, como nada mais do que uma tentativa/esforço do Ocidente para impor ideologias neoliberais e agendas em Estados que são contrárias as suas. O argumento é que as operações da ONU e a implementação da paz por meio de intervenções militares de Estados ou de uma coalizão de Estados interessados, principalmente os Estados ocidentais mais relevantes, são concebidas para impor tanto as agendas liberais quanto neoliberais em localidades instáveis no mundo.(Richmond 2007; Pugh 2004).

No contexto mais vasto das operações de construção da paz, as operações de construção da paz realizadas pela ONU e o papel das instituições financeiras internacionais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (em termos das suas relações qualificadas com os antigos adversários em zonas conturbadas) em zona de conflito são discutíveis. Isto porque as operações de construção da paz da ONU são vistas apenas como uma abordagem de resolução de problemas destinada a estabilizar primeiro a ordem predominante e depois tentar reorganizar um Estado no qual ocorreu uma intervenção, e fazê-lo de acordo com a agenda de paz liberal (Richmond 2007; Richmond 2010: 24-25). Richmond (2007: 150-151) apresenta que os críticos acreditam que a importação do modelo democrático liberal para comunidade em zonas conturbadas através de intervenções militares (manutenção da paz) e esforços de reconstrução pós-conflito das instituições financeiras internacionais é apenas para dar às comunidades em zonas de conflito um “espaço para respirar”. Por meio deste espaço para respirar, a ajuda internacional tornará possível a construção de uma nova paz liberal, livrando-os do nacionalismo e do etno-nacionalismo e, como consequência, a democracia liberal será então bem sucedida. Portanto, de acordo com os críticos da paz liberal, como afirma Richmond (2007: 150), “Este espaço para respirar significa efetivamente um intervalo de construção da paz não liberal, em que a governança é controlada por atores externos até que estes a considerem constituída de forma sustentável, após isso a governança é devolvida às instituições e populações locais.” Os atores internacionais são donos do processo de construção da paz em vez das populações locais. Os argumentos contra a atual aplicação neoliberal da teoria da paz liberal fizeram com que seus opositores apoiassem a ideia de que a paz e a segurança internacional só podem ser alcançadas e mantidas quando os aspectos econômicos e de governança da soberania dos Estados são respeitados. O problema como este ponto de vista é que ele pode nos levar de volta às

exigências de soberania absoluta que existia anteriormente, no qual o papel da manutenção da paz se limitava a intervenções em conflitos interestatais. Consequentemente, aqueles que se opõem às atuais aplicações da teoria da paz liberal, tal como está sendo praticada atualmente, têm restrito a capacidade da ONU de implementar uma missão de paz para impor a versão neoliberal da atual agenda de paz liberal sob três condições ou situações. Estas incluem as complexidades associadas aos seguintes cenários: Primeiro, quando a ONU é convidada pelas próprias partes em conflito (ou seus representantes) para ajudar a instalar governos democráticos, como ilustram os casos do Camboja (Richmond e Franks 2011) e do Burundi. Em segundo lugar, quando a ONU envia força de manutenção da paz para defender a democracia, restabelecendo governos democráticos depostos por meios ilegítimos, como aconteceu no Haiti e em Serra Leoa, e, por último, quando a ONU e outros acordos regionais fizeram esforços para a criação de uma paz liberal na Bósnia, possivelmente no Iraque e talvez também na Somália. Outras críticas à teoria da paz liberal apontam para o fato fundamental, tal como defendido há algum tempo por Mearsheimer (1994), de que a tese da paz liberal é contestada na medida em que as guerras entre Estados liberais não são uma exceção e isto questiona a própria base e validade dos dados em que se formam a teoria e os seus pressupostos empíricos. Esta crítica anda é válida hoje.

O Cosmopolitismo e as Operações de Paz

A abordagem teórica cosmopolita das operações de paz deriva de perspectivas da teoria política cosmopolita. Segundo os estudiosos (Björkdahl 2005; Hannerz, 2005; Nussbaum 1996), o renovado interesse pelo cosmopolitismo⁷, especialmente no final do século passado, é resultado da globalização, do nacionalismo, da política de identidade, da migração e do multiculturalismo. Björkdahl (2005: 215) observou que o cosmopolitismo é visto como uma alternativa política ao nacionalismo e os valores cosmopolitas colocam ênfase na inclusão política, na responsabilização e opõem-se fortemente à política de identidade e a outras ideologias que promovem a exclusividade política (ver Held 1995). No contexto do sistema internacional, o cosmopolitismo é considerado como uma abordagem capaz de enfrentar os novos tipos de ameaças à segurança internacional, como o terrorismo e os crimes tradicionais organizados, que não podem ser resolvidos pelos Estados através de

7 O próprio cosmopolitismo é um conceito que tem sido sujeito a diferentes interpretações por parte dos acadêmicos. Sendo interpretado como cosmopolítica, democracia liberal, cidadania mundial e, por vezes, como uma visão do governo mundial (Archibugi and Held (eds) 1995; Cheah and Robbins, 1998; Falk 1998).

esforços individuais, mas que exigem uma sinergia de esforços de uma rede de Estados (Kaldor 1999). Argumentando na mesma linha e baseando-se nas conclusões de Kaldor (1999), Björkdahl (2005: 215-216) afirmou que é a realidade de ameaça destes problemas globais e dos esforços concentrados para os combater que os Estados estabeleceram uma forma de aliança cooperativa que pode ser vista como um modo cosmopolita que também serve como plataforma de responsabilidade global para promover e defender os princípios e normas humanistas associadas ao cosmopolitismo. Na verdade, as práticas de manutenção e imposição da paz são citadas como um exemplo de política cosmopolita capaz de salvaguardar os direitos humanos e proteger as populações civis⁸.

O argumento central da abordagem cosmopolita é que a promoção e difusão de valores cosmopolitas é considerada como uma possível contribuição para criar condições e circunstâncias necessárias para a prevenção e resolução de conflitos através de meios pacíficos. Portanto, a construção da paz e da estabilidade pode ser alcançada por meio da difusão de valores cosmopolitas e, deste modo, as operações de manutenção de paz devem ser conduzidas de forma a promover esses valores e a manter o compromisso com os princípios e normas humanistas. Esta crença se baseia na premissa de que as normas e princípios de prevenção de conflitos têm características cosmopolitas. Com base neste quadro teórico, Woodhouse e Ramsbotham (2005) apresentaram um argumento convincente para o desenvolvimento de operações de paz cosmopolitas que precisam ser conduzidas por um Serviço de Paz de Emergência da ONU que seja suficientemente forte para proteger civis. A visão dos autores tem certa semelhança com a compreensão do cosmopolitismo de Michael Pugh (2001: 347), que exigiu a “... disseminação de normas que garantam os direitos humanos, a liberdade democrática e a justiça social”. Na mesma linha, Kaldor defendeu que as operações de paz fossem proativas e servissem como um instrumento de aplicação da lei cosmopolita (1999: 124-126). O argumento dele é que, uma vez que a construção da “autoridade política legítima” é central para por fim aos conflitos armados pós-Guerra Fria, isso significa que tais soluções poderiam ser atingidas através da aplicação da lei de direitos humanos e do DIH (que é a aplicação de valores cosmopolitas) e, por meio desse esforço, os civis serão melhor protegidos, assim como os perpetradores de abusos dos direitos humanos e os traficantes de guerra serão presos e punidos (Kaldor 2006).

Avaliados no contexto da análise precedente, colocamos uma questão fundamental: Como funcionam as operações de paz cosmopolitas no quadro

8 Estudioso como Kaldor (2003), Taylor (1999) e Zolo (1997) descreveram de forma variada como aplicação cosmopolita da lei, cosmopolitismo proativo e guerras cosmopolitas.

de Kaldor? Kaldor chama a atenção para o fato destas forças de manutenção de paz proativas (cosmopolitas) serem profissionalmente competentes para desempenhar tanto tarefas de soldadura como de policiamento, que implicam em uma combinação de tarefas de manutenção de paz tradicionais e novas, multifuncionais. Kaldor apresenta que as operações de paz proativas se caracterizam pela imparcialidade, mas não pela neutralidade, pois é provável que essas forças de manutenção de paz se tornem parte do conflito, apoiando civis inocentes, a fim de os proteger como parte do seu mandato (Kaldor 1999: 125). As forças de manutenção de paz proativas não precisam contar com o consentimento de todos os beligerantes, mas sim com o que é necessário, que é o consentimento das vítimas. Assim, foi necessário que forças de manutenção de paz cosmopolitas usassem a força contra partes que ameaçassem as populações civis e procurassem perturbar a operação de paz e os objetivos de seus mandatos. Neste cenário cosmopolita, as forças armadas de manutenção de paz podem impor a paz sob certas condições em que o uso da força é um meio de proteger as populações civis de serem prejudicadas.

Apesar dos seus méritos, a abordagem cosmopolita tem sido criticada de muitas maneiras. Primeiramente, há a crença de que uma retórica cosmopolita pode ser usada como justificativa pelos Estados poderosos para promover seus interesses geopolíticos ou de extração de recursos naturais. Esta é uma razão pela qual os estudiosos têm de interrogar os interesses que tais operações de paz cosmopolitas servem. Esta razão pode ter levado Björkdahl (2005: 223) a perguntar: “Será que o cosmopolitismo como instrumento para a paz e a segurança será usado seletivamente e simplesmente reforçará os interesses ocidentais, de grandes potências ou os do Conselho de Segurança da ONU?”. Além disso, a difusão de normas e valores cosmopolitas por intermédio das operações de paz tem sido criticada como a disseminação de valores “ocidentais” em vez de universais e que o cosmopolitismo não é mais do que a propagação do poder e da influência dos principais países ocidentais no mundo com o objetivo encoberto da dominação neo-colonial e imperial de Estados mais fracos dos quais se exige “alguma coisa” ou onde se deseja alguma vantagem estratégica. Em segundo lugar, o cosmopolitismo tem sido criticado como sendo uma “ilusão” (Himmelfarb 1996: 77), ou “universalismo abstrato” (Barber 1996: 30), que se baseia numa concepção simplista de novos conflitos ao vê-los como se envolvessem vítimas inocentes e seus torturadores (Bellamy, Williams and Griffin 2010: 27) e nada mais.

As Operações de Paz e Cultura Globais

Essa abordagem teórica está enraizada na teoria da política mundial, que se encontra dentro da disciplina de sociologia (Boli and Thomas 1999; Thomas et al. 1987; McNeely 1995). Os sociólogos da política mundial se engajam na compreensão das normas, costumes e cultura das sociedades humanas. Dentro da tradição dos estudiosos da política mundial, há a necessidade de ter um perspectiva macro do mundo como uma única sociedade em vez de olhar (ou estudar) a cultura de um determinado grupo, sociedade ou nação. De acordo com estes acadêmicos, como argumenta Paris (2003: 442): “Há uma cultura *global* distinta que abrange as regras formais e informais da vida social internacional” (Itálico no original). A cultura global (também conhecida como o ambiente normativo internacional) define os principais atores na política mundial e sua conduta. Sendo assim, essas regras sociais informais e formais orientam o sistema internacional, as relações interestatais e a política mundial, além de terem impactos/influências profundas na concepção de condução das operações de manutenção de paz.

Como citado acima, e tendo como base os teóricos da sociologia sobre política mundial, a abordagem da cultura global ajuda a explicar por que razão as operações de paz aderem a algumas estratégias/atividades que são apropriadas e deslegitimam outras, independentemente de tais estratégias serem ou não capazes de ajudar as missões de paz a cumprir os seus mandatos e atingir a paz (Bellamy, Williams e Griffin 2010: 26). Isto implica que as agências de manutenção de paz concebam e desenvolvam missões de paz para implementar instrumentos políticos que obedecem às regras de uma cultura global específica, enquanto as estratégias que desviem destes valores são descartadas. Este raciocínio explica por que a tutela internacional é desqualificada como estratégia apropriada por suas supostas “conotações neo-coloniais”, apesar dos seus registros positivos associados ao desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. Ainda que seus novos conhecimentos sobre a razão pela qual as instituições que autorizam a manutenção de paz adotam e prosseguem determinadas estratégias e descartam outras consideradas normativamente inadequadas, Paris (2003: 451) criticou a abordagem da cultura global a partir da perspectiva que essa “restringe a prática da manutenção de paz ao limitar o leque de estratégias que as forças podem realisticamente seguir”. Por isso, a maior fraqueza deste quadro teórico é que ele limita as instituições mandatárias de manutenção de paz, tais como a ONU e os arranjos regionais (a União Africana, por exemplo) a descartar algumas ferramentas políticas, *prima facie*, simplesmente porque não estão em conformidade com as normas aceitáveis de sociedade internacional sem primeiro dar a essas estratégias a

devida consideração para verificar se elas têm ou não a possibilidade de ajudar uma missão de paz a atingir seu objetivo.

A Teoria Crítica

A teoria crítica tem como ponto de partida as teorias clássicas (como o liberalismo/neoliberalismo e o realismo/neorealismo) para o estudo da política internacional. Em termos específicos, inspira-se nos trabalhos de Cox (1981), Horkheimer (1982) e outros pensadores da Escola de Frankfurt, e também nos acadêmicos de estudos de segurança crítica, especialmente os associados à Aberystwyth (Booth 2007; Wyn Jones 1999). Cox (1981) desconstrói a natureza da ordem e da transformação global com base em sua adaptação das críticas sociológicas da Escola de Frankfurt, e sustenta que as teorias ortodoxas são ideologias concebidas propositalmente para lidar com as instabilidades dentro de uma ordem mundial que é, ela própria, disfuncional (Pugh 2004: 40). Portanto, principais teorias são concebidas para servir os interesses dos Estados dominantes (capitalistas) à custa das periferias mundiais e não questionam esta ordem mundial disfuncional dominante (Cox 1981). Segundo as falhas inerentes às teorias ortodoxas, teóricos críticos afirmam que a teoria nunca é politicamente neutra (Bellamy, Williams and Griffin 2010: 27); pelo contrário, é “sempre para alguém ou para algum fim. Todas as teorias têm uma perspectiva” (Cox 1981: 128). Assim, a teoria crítica procura, como seu propósito claramente dito, desvendar as injustiças associadas às teorias ortodoxas e examinar a “transformação estrutural” como uma forma de alcançar a emancipação humana (Horkheimer 1982). Com este objetivo (e também em relação à manutenção de paz), os teóricos críticos, de acordo com Pugh (2004: 39), examinam os contextos (estrutura global e política internacional) em que a manutenção de paz opera e defendem que as intervenções de manutenção de paz servem um propósito muito limitado, de resolução de problemas ou de gestão – isto é, para sustentar uma determinada política de ordem mundial sob os auspícios do imperialismo liberal. Para eles, a manutenção de paz não passa de operações de contra-insurgência dotadas de recursos e financiadas por Estados ricos e poderosos com o objetivo de alcançar e promover o seu domínio político e militar e interesses econômicos em determinadas arenas geopolíticas.

Os teóricos críticos afirmam que o capitalismo global dividiu o mundo entre os que detêm poder (ricos) e os que não detêm (pobres, regiões periféricas) sendo que estes últimos se caracterizam pela instabilidade política, decadência econômica e pobreza com o resultado do fracasso do Estado e

eventuais perturbações devido à ascensão da anarquia. Os senhores da guerra preenchem subseqüentemente o vazio criado pelo colapso das estruturas governamentais oficiais nas regiões periféricas do planeta e surgem competições entre os “senhores da guerra” que saqueiam, por meio da violência armada, na busca por alcançar e proteger seus objetivos e interesses econômicos, respectivamente. Sendo assim, a instabilidade e o colapso do Estado são lugar à “economia de guerra” (Pugh, Cooper e Goodhand 2004: 3) que ameaça os interesses capitalistas globais que dependem do comércio internacional e das matérias-primas das regiões pobres da economia global para fins industriais ligados à acumulação de riqueza e, conseqüentemente, à lubrificação da economia política internacional. Dessa forma, a desordem nas regiões periféricas exigiu a mobilização da manutenção de paz pelo centro global, geralmente através de procuradores (como a ONU e organizações regionais) para salvar a economia política internacional capitalista. Seguindo a lógica da teoria crítica, a necessidade e a implementação de operações de paz são, como afirmam Bellamy, Williams e Griffin (2010: 28) baseados nos argumentos de Pugh (2004) e Duffield (2001), necessárias para proteger a “ordem econômica neoliberal existente em todo o mundo”. Os teóricos críticos acentuam a busca da emancipação pelo conhecimento e a libertação das estruturas e processos da dominação capitalista global. Apresentam que as operações de paz podem resultar na emancipação humana quando as categorias oprimidas e marginalizadas da sociedade são reconhecidas, as suas vozes ouvidas e as suas dificuldades e experiências tomadas em consideração. Ao concentrar-se nas dificuldades destes grupos, acredita-se que as fontes dos seus problemas e a maneira como lidam com essas situações serão melhor compreendidas pelas agências de manutenção de paz e que, a longo prazo, darão a elas e aos atores a oportunidade de serem levados em consideração, especialmente no processo de negociação de acordos de paz (Stannes 2004: 164).

Considerações Finais

Depois de termos discutido as quatro abordagens teóricas para o estudo da manutenção de paz, reconhecemos que não existe uma teoria única (ou uma metateoria) que explique completamente toda a gama de questões envolvidas nas operações de paz. Pois, como Bellamy, Williams e Griffin (2010: 29) concordaram, as tradições teóricas acima fornecem diferentes formas de compreender a manutenção da paz. Tomando conhecimento do fato que a escolha do quadro teórico determina invariavelmente o que estudar, como estudá-lo e as formas como estas escolhas influenciam os possíveis resultados

do estudo, é altamente improvável que uma só teoria explique plenamente as complexidades das operações de paz contemporâneas, especialmente num continente como o africano, com diversos atores (a ONU, a UA e organizações sub-regionais com a CEDEAO). Embora esta limitação seja notada, argumentamos que a manutenção da paz é melhor entendida por meio da aplicação de (uma combinação de) muitas teorias, a fim de descobrir os motivos das instituições de manutenção de paz que autorizam sua atuação e suas forças, bem como o papel desempenhado pelas missões de manutenção de paz e os interesses que estas servem. Apesar desta realidade, muitos estudiosos sobre manutenção de paz e suas pesquisas, especialmente na África, recorrem frequentemente à teoria da paz liberal porque a concepção pós-vestfaliana de manutenção de paz dentro da tradição teórica liberal, segundo eles, capta a realidade, por exemplo, do novo sistema africano de gestão da paz e segurança (African Peace and Security Architecture – APSA) no qual o princípio da não interferência em conflitos internos foi substituído pelo da não indiferença (Aneme 2008a&b; Bellamy 2009; Dersso 2010; Engel e Gomes 2009; Murithi 2008; 2009a&b; Kioko 2003). Realmente a UA pode, até certo ponto, ser vista como uma instituição empenhada em promover a democracia, a boa governança, os direitos humanos e a proteção do povo africano (Zweifel 2006: 148). Sob o seu antecessor, a Organização da Unidade Africana (OUA), a centralidade do Estado e a norma de soberania impediram a organização de destacar missões de paz para tratar de conflitos puramente internos (Badmus 2008; Imobighe 1996)⁹. Contudo, ao legislar e criar o Ato Constitutivo da UA sobre os valores democráticos e conceitos de segurança humana e Responsabilidade para Proteger (R2P) com o Artigo 4(h) do quadro constitutivo, tudo isto dá à organização o direito de intervir num Estado membro em resposta a circunstâncias graves. Esta legislação (Lei Constituinte da UA) parece ter lançado as bases para destacar as forças de manutenção de paz africanas para restabelecer a ordem num Estado-membro, permitindo assim à UA exportar valores democráticos para Estados que experimentam instabilidade. A preferência, e a escolha, pela teoria da paz liberal não sugere, necessariamente, que todas suas posições filosóficas e lógicas estejam bem enraizadas nos esforços africanos de manutenção de paz. Muitas vezes elas não ocorrem por conta da má governança e de crises políticas em muitos países do continente. É nesta perspectiva que os quadros normativos da AAPS adotam princípios liberais e,

9 A adesão da OUA aos objetivos e princípios da soberania, integridade territorial e não interferência impediu a viabilidade da organização nos conflitos intra-estatais na África. Uma exceção a isto foi a guerra civil no Chade durante os anos 1980. No Chade, apenas após a intervenção da França e do apoio militar da Líbia de Gaddafi a um grupo beligerante que a OUA começou a desempenhar um papel ativo no conflito. Isto porque a OUA via a guerra civil como uma guerra de motivação externa.

consequentemente, as forças de manutenção de paz da UA são enviadas para restaurar a ordem onde o caos prevalece sob a forma de conflitos armados e violência, especialmente quando as populações civis são afetadas. Apesar deste benefício da tradição teórica liberal, ela não pode apenas explicar e capturar a realidade do novo sistema de gestão da paz e da segurança na África e a gama de problemas envolvidos nas complexas e multidimensionais operações de paz/operações de apoio à paz em zonas de guerra ao redor do mundo como, por exemplo, a Somália.

REFERÊNCIAS

- Adebajo, A. (2002) *Building Peace in West Africa: Liberia, Sierra Leone and Guinea Bissau* (Boulder, CO: Lynne Rienner for IPA).
- Aneme, G. A. (2008a) “The African Standby Force: Major Issues under Mission Scenario Six”, *Political Perspectives*, 2 (1).
- Aneme, G. A. (2008b) *A Study of the African Union’s Right of Intervention Against Genocide, Crime Against Humanity and War Crimes* (Oslo: Faculty of Law, University of Oslo).
- Archibugi, D., and D. Held (eds) (1995) *Cosmopolitan Democracy* (Cambridge: Polity Press).
- Badmus, I. A. (2008) “Africa: In Search of Security after the Cold War”, *International Journal of African Studies*, 11: 203—245.
- Badmus, I. A., (2015) *The African Union’s Role in Peacekeeping: Building on Lessons Learned from Security Operations*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan.
- Badmus, I. A., (2017), “Australia, New Zealand and Regional Security in the Pacific: Reflections on Peacekeeping in the Solomon Island and Papua New Guinea (Bougainville)”, *Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations*. 6(11): 9-36.
- Barber Benjamin (1996) “The Constitutional Faith”, in Cohen Joshua (ed.), *For Love of Country*. Boston: Beacon Press.
- Barnett, M. (1995) “The New United Nations Politics of Peace: From Juridical Sovereignty to Empirical Sovereignty”, *Global Governance* 1(1): 79-97.
- Bassey, C. (1993) “Nigeria in ECOMOG: The Dilemma of Preventive Diplomacy?” in Jide Owoeye (eds), *Nigeria in International Institutions*. Ibadan: College Press.
- Bellamy, A. J. (2004) “The ‘Next Stage’ in Peace Operations Theory,” *International Peacekeeping* 11 (1): 17-38.

- Bellamy, A. J. (2009) *Responsibility to Protect: The Global Effort to End Mass Atrocities* (Cambridge: Polity Press).
- Bellamy A. J., and P. Williams (2004) "Introduction: Thinking Anew about Peace Operations," *International Peacekeeping* 11(1): 1-15.
- Bellamy, A. J., P. Williams, and S. Griffin (2004) *Understanding Peacekeeping* (Cambridge: Polity Press).
- Bellamy, A. J., and P. D. Williams and S. Griffin (2010) *Understanding Peacekeeping*. 2nd. edn (Cambridge: Polity Press).
- Bello, M. L. (2003) "*The Liberal Perspective of Globalisation: A Critique.*" Being the text of a paper presented at the conference on The Nigerian Society Under Democratic Rule, 1999-2003. Department of Political Science, University of Ilorin, Nigeria.
- Björkdahl, A. (2005) "Peace Operations and the Promotion of Cosmopolitanism", *Statsvetenskaplig Tidskrift*, 107 (3): 215-234.
- Boli, J., and G. M. Thomas (1997) "World Culture in the World Polity: A Century of International Non-Governmental Organisation", *American Sociological Review*, 92(2): 171-90.
- Booth, K. (20007) *Theory of World Security* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Boutros-Ghali, B. (1992) *An Agenda for Peace* (New York: UN Department of Public Information).
- Boutros-Ghali, B. (1993) "UN Peacekeeping in New Era: A New Chance for Peace", *World Today*.
- Chan, S. (1997) "In Search of Democratic Peace: Problems and Promise", *Mershon International Studies Review*, 41: 59-91.
- Cheah Peng and Robbins Bruce (eds) (1998), *Cosmopolitics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Chesterman, S. (2002) "East Timor in Transition: Self-Determination, State-Building and the United Nations", *International Peacekeeping*, 9(1).
- Chopra, J. (2002) "Building State-failure in East Timor", *Development and Change*, 33(5): 970-1000.
- Cox, R. (1981) "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory" *Millennium: Journal of International Studies*, 10(2).
- Dallaire, R. (2004) *Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda*.
- Demurenko, A., and A. Nikitin (1997) "Basic Terminology and Concepts in

International Peacekeeping Operations: An Analytic Review”, *Low Intensity Conflict and Law Enforcement*, 6(1): III-126.

- Dersso, S. A. (2010) *The Role and Place of the African Standby Force Within the African Peace and Security Architecture* (ISS Paper 209. Pretoria: Institute for Security Studies).
- Diehl, P. F. (2008) *Peace Operations* (Malden, MA: Polity Press).
- Diehl, P. F., J. Reifschneider and P. Hensel (1996) “United Nations Intervention and Recurring Conflict”, *International Organisation*, 40(4): 683-700.
- Diehl, P. F., D. Druckman, and J. Wall (1998) “International Peacekeeping and Conflict Resolution: A Taxonomic Analysis with Implications”, *International Peacekeeping*, 42(1): 33-55.
- Diehl, P. F., D. Druckman, (2010). *Evaluating Peace Operations*. Boulder, CO.: Lynne Rienner
- Duffield, M. (2001). *Global Governance and the New War* (London: Zed Books).
- Duke, S. (1994) “The State and Human Rights: Sovereignty versus Humanitarian Intervention”, *International Relations*, XII(2): 25-48.
- Dunne, T. (2011) “Liberalism” in J. Baylis, S. Smith and P. Owens (eds). *The Globalisation of World Politics: An Introduction to International Relations*. 5th edn (Oxford: Oxford University Press), pp. 100-113.
- Durch, W. J. (ed.) (1993) *The Evolution of UN Peacekeeping: Case Studies and Comparative Analysis* (New York: St. Martin’s Press).
- Durch, W. J. (ed.) (1997) “Keeping the Peace: Politics and Lessons of the 1990s”, in W. J. Durch (ed), *UN Peacekeeping, American Policy, and the Uncivil Wars of the 1990s* (London: Macmillan).
- Engel, U., and P. Gomes (2009) “The African Union’s New Peace and Security Architecture: Towards an Evolving Security Regime?”, *African Security*, 2(2): 82—96.
- Falk, R. (1998) “The United Nations and Cosmopolitan Democracy: Bad Dream, Utopian Fantasy, Political Project”, in D. Archibugi, D. Held and M. Köhler, (eds) *Re-imagining Political Community. Studies in Cosmopolitan Democracy* (Cambridge and Oxford: Polity Press), pp. 309-311
- Fetherston, A. B. (1994a) *Towards a Theory of United Nations Peacekeeping* (New York: St. Martin’s).
- Fetherston, A. B. (1994b) “Putting the Peace Back into Peacekeeping: Theory Must Inform Practice”, *International Peacekeeping*, 1(1): 3-29.

- Fetherston, A. B. (2000) "Peacekeeping, Conflict Resolution, and Peacebuilding: A Reconsideration of Theoretical Frameworks", in T. Woodhouse and O. Ramsbotham Oliver (eds), *Peacekeeping and Conflict Resolution* (London: Frank Cass), pp. 190-218
- Fetherston, A. B., O. Ramsbotham and T. Woodhouse (1994) "UNPROFOR: Some Observations from a Conflict Resolution Perspective", *International Peacekeeping*, 1(2): 179-203.
- Ginifer, J. (2002) "Eyewitness: Peacebuilding in the Congo: Mission Impossible?," *International Peacekeeping*, 9(3): 121-128.
- Goldstone, A. (2004). "UNTAET with Hindsight: The Peculiarities of Politics in an Incomplete State". *Global Governance*: 10: 83-98.
- Goulding, M. (1993) "The Evolution of United Nations Peacekeeping", *International Affairs*, 69(3): 451-464.
- Hannerz, U. (2005) "Cosmopolitanism", in J. Vincent and D. Nugent (eds), *Companion to the Anthropology of Politics* (Oxford: Blackwell), pp. 69-85.
- Held, D. (1995) *Democracy and the Global Order* (Cambridge: Polity).
- Himmelfarb, G. (1996) "The Illusions of Cosmopolitanism", in J. Cohen (ed) *For Love of Country* (Boston: Beacon Press), pp. xx
- Hoffmann, S. (1995) "The Crisis of Liberal Internationalism", *Foreign Policy*, 98: 159-177
- Horkheimer, M. (1982) *Critical Theory* (New York: Seabury Press).
- Holmberg, B. (1998) *Passing the Open Windows: A Quantitative and Qualitative Approach to Immediate Military Balance and Escalation of Protracted Conflicts* (Uppsala: Department of Peace Research, Uppsala University), Report No. 47.
- Howard L. M. (2002) "UN Peace Implementation in Namibia: The Causes of Success," *International Peacekeeping* 9(1): 99-132.
- Ian, M., A. Mayer-Rieckh (2005). "The United Nations and East Timor: From Self-Determination to State-Building." *International Peacekeeping* 12 (1): 125-145.
- Ignatieff, M. (2002) "Intervention and State Failure" in N. Mills and K. Brunner (eds), *The New Killing Field: Massacre and the Politics of Intervention* (New York: Basic Books).
- Imobighe, T. A. (1996) "The Analysis of Political Issues Raised by OAU Peacekeeping in Chad", in M. A. Vogt and L. S. Aminu (eds), *Peacekeeping as a Security Strategy in Africa: Chad and Liberia as Case Studies*. Volume 1 (Enugu: Fourth Dimension Publishing Co. Ltd.), pp.

241—259.

- Jabri, V. (2010) *War, Government, Politics: A Critical Response to the Hegemony of the Liberal Peace*, in O. P. Richmond (ed.), *Palgrave Advances in Peacebuilding: Critical Developments and Approaches* (Hampshire: Palgrave Macmillan), pp. 41-57.
- James, A. (1990) *Peacekeeping in International Politics* (London: Macmillan Press).
- James, A. (1996) *Britain and the Congo Crisis, 1960-63* (London: Macmillan).
- Johnstone, I. (2005) “*Peace Operations Literature Review.*” Retrieved from <http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/pbps/library/Peace%20operations%20of%20final%20literature%20review.pdf> (accessed, 4 January 2012).
- Kaldor, M. (1999) *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era* (Cambridge: Polity).
- Kaldor, M. (2003) “American Power: From ‘Compellance’ to Cosmopolitanism?” *International Affairs*, 79(1): 1-22.
- Kaldor, M. (2006) *New and Old Wars*. 2nd edn. (Cambridge: Polity).
- Keohane, O. R. (1986) “Theory of World Politics: Structural Realism and Beyond”, in R. O. Keohane (ed). *Neorealism and its Critics* (New York: Columbia University Press), pp. 158-203.
- Kioko, B. (2003) “The Right of Intervention Under the African Union’s Constitutive Act: From Non-interference to Non-intervention”, *International Review of the Red Cross*, 85(2): 807—825.
- Kondoch, B. (2007) *International Peacekeeping* (Hampshire: Ashgate).
- Mackinlay, J., and J. Chopra (1992) “Second Generation Multinational Operations.” *Washington Quarterly*, 15: 113-134.
- McNeely, L. Connie (1995) *Constructing the Nation-State: International Organization and Prescriptive Action* (Westport, CT: Greenwood).
- Mearheimer, J. J. (1994) “The False Promise of International Institutions”, *International Security*, 19(3): 5-49.
- Morgenthau, H. J. (1973) *Politics Among Nations: The Struggles for Power and Peace* (New York: Alfred, A. Knopf).
- Murithi, T. (2008) “The African Union’s Evolving Role in Peace Operations: The African Union Mission in Burundi, the African Union Mission in Sudan and the African Union Mission in Somalia”, *African Security Review*, 17(1): 70—82.
- Murithi, T. (2009a) “The African Union’s Foray into Peacekeeping: Lessons

- for the Hybrid Mission in Darfur”, *Journal of Peace, Conflict and Development*, 14.
- Murithi, T. (2009b) “The African Union’s Transition from Non-Interference to Non-Indifference: An Ad Hoc Approach to the Responsibility to Protect?” *Internationale Politik und Gesellschaft*, 1: 90—106.
- Neethling, T. (2009) “Whither Peacekeeping in Africa: Revisiting the Evolving Role of the United Nations”, *African Security Review*, 18(1): 2-20.
- Nishihara, M. (1993) “Trilateral Country Roles: Challenges and Opportunities”, in *Keeping the Peace in the Post-Cold War Era: Strengthening Multilateral Peacekeeping* (New York: Trilateral Commission), pp. 51-59.
- Nussbaum, M. (1996) “Patriotism and Cosmopolitanism”, in J. Cohen (ed.) *For Love of Country* (Boston: Beacon Press), pp. xx.
- Olonisakin, F. (2008) *Peacekeeping in Sierra Leone: The Story of UNAMSIL* (Boulder, CO: Lynne Rienner).
- O’Neill, J. T., and N. Rees (2005) *United Nations Peacekeeping in the Post-Cold War Era* (London and New York: Routledge).
- Owen, J. M. (1994) “How Liberalism Produces Democratic Peace” *International Security*, 19(2): 87-125.
- Paris, R. (2000) “Broadening the Study of Peace Operations”, *International Studies Review*, 2(3): 27-44.
- Paris, R. (2002) “International Peacebuilding and the ‘Mission Civilisatrice’”, *Review of International Studies*, 28(4): 637-656.
- Paris, R. (2003) Peacekeeping and the Constraints of Global Culture. *European Journal of International Relations*, 9(3): 441-473.
- Paris, R. (2004) *At War’s End: Building Peace after Civil Conflict* (New York: Cambridge University Press).
- Pugh, M. (2001) “The Challenge of Civil-Military Relations in International Peace Operations”, *Disasters*, 25(4): 345-357.
- Pugh, M. (2003) “Peacekeeping and International Relations Theory: Phantom of the Opera?” *International Peacekeeping*, 10(4): 104-112.
- Pugh, M. (2004) “Peacekeeping and Critical Theory,” *International Peacekeeping*, 11(1): 39-58.
- Pugh, M., and N. Cooper with J. Goodhand (2004) *War Economies in a Regional Context: Challenges of Transformation* (Boulder, CO.: Lynne Rienner).
- Ratner, S. (1995) *The UN Peacekeeping: Building Peace in Lands of Conflict after the Cold War* (New York: St. Martin’s).

- Richmond, O. P., and J. Franks (2011) *Liberal Peace Transitions: Between Statebuilding and Peacebuilding* (Edinburg: Edinburg University Press).
- Richmond, O. P. (2007) *The Transformation of Peace* (New York: Palgrave Macmillan).
- Richmond, O. P. (2010) A Genealogy of Peace and Conflict Theory in O. P. Richmond (ed.), *Palgrave Advances in Peacebuilding: Critical Developments and Approaches* (Hampshire: Palgrave Macmillan), pp. 14-40.
- Rikhye, I. J. (1984) *The Theory and Practice of Peacekeeping* (London: Hurst).
- Rogie, E. (2003) *MONUC and the Challenges of Peace Implementation in the Democratic Republic of Congo*. Tswane: ISS Report.
- Russet, B. and S. Harvey (2000) “From Democratic Peace to Katian Peace: Democracy and Conflict in the International System”, in M. Midlarsky (ed.), *Handbook of War Studies*. 2nd edn (Ann Arbor: University of Michigan Press).
- Ryan, S. (2000) “United Nations Peacekeeping: A Matter of Principles?” in O. Ramsbotham and T. Woodhouse (eds), *Peacekeeping and Conflict Resolution* (Portland, OR: Frank Cass), pp. 27-47.
- Segal, D. (1995) “Five Phases of United Nations Peacekeeping: An Evolutionary Typology”, *Journal of Politics and Military Sociology*, 22(2): 65-79.
- Skiemann Robert, (1998), *National Contingents in the United Nations Peacekeeping Forces*. (Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers).
- Skogmo, B. (1989) *UNIFIL: International Peacekeeping in Lebanon, 1978-1988* (Boulder, CO.: Lynne Rienner).
- Stamnes, E. (2004) Critical Security Studies and the United Nations Preventive Deployment in Macedonia. *International Peacekeeping* 11(1): 161-181.
- Straus, S., (2012) “Wars Do End! Changing Patterns of Political Violence in Sub-Saharan Africa.” *African Affairs*, 111/443, pp. 179-201.
- Suhrke A. (2001) Peacekeepers as Nation-builders: Dilemmas of the UN in East Timor. *International Peacekeeping* 8(4): 1-20.
- Taylor, P. (1999) “The United Nations in the 1990s: Proactive Cosmopolitanism and the Issue of Sovereignty”, *Political Studies*, XLVII: 538-565.
- Thakur, R., and A. Schnable (eds) (2001) *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement* (Tokyo: United Nations University Press).
- Thakur, R. (2005) “From Peacekeeping to Peace Operations”, *Conflict Trends*,

4: 3-9.

- Thomas, G. M., J. W. Meyer, F. O. Ramirez and J. Boli (1987) *Institutional Structure: Constituting State, Society, and the Individual* (London: Sage).
- Vasquez, A. J. (1983) *The Power of Power Politics: A Critique* (Frances Printer).
- Waltz, K. N. (1979) *Theory of International Politics* (Readings: Addison-Wesley Publishing Company).
- Wayman F., and P. F. Diehl (ed.) (1994) *Reconstructing Realpolitics* (Ann Arbor: The University of Michigan Press)
- Weiss G. T. (1995) "On the Brink of a New Era? Humanitarian Interventions, 91-94", in D. Donald and B. Hayes (eds), *Beyond Traditional Peacekeeping* (London: Macmillan).
- United Nations (1990) *The Blue Helmets: A Review of the United Nations Peacekeeping*. 2nd edn. New York: United Nations.
- Weiss G. T., et al. (1997) *The United Nations and Changing World Politics*. Boulder: Westview.
- White, N. D. (1997) *Keeping the Peace: The United Nations and the Maintenance of International Peace and Security* (Manchester: Manchester University Press).
- Wolfgang, B., and M. Vadset (eds) (1998) *United Nations Peacekeeping in Trouble: Lessons Learned from the Former Yugoslavia* (Aldershot: Ashgate).
- Wyn Jones, R. (1999) *Security, Strategy and Critical Theory* (Boulder, CO.: Lynne Rienner).
- Zolo, D. (1997) *Cosmopolis: Prospects for World Government* (Oxford: Polity).
- Zweifel, T. D. (2006) *International Organisations and Democracy: Accountability, Politics and Power* (Boulder, CO.: Lynne Rienner).

RESUMO

Este documento revisou algumas das literaturas existentes sobre manutenção da paz. A revisão da literatura centrou-se em duas áreas – conceitos e teorias sobre manutenção da paz. Após termos discutidos as três principais abordagens para pensar conceitualmente sobre manutenção da paz na literatura, argumentamos que, apesar da existência destes múltiplos quadros para abordar os problemas conceituais do manutenção da paz, eles ignoraram o imperativo das estruturas e processos da política mundial, os seus impactos e como estes condicionaram os papéis das forças de manutenção da paz. Além disso, xaminamos quatro das principais abordagens teóricas que são discerníveis na literatura sobre manutenção da paz, que oferecem possíveis quadros para a análise e interpretação da investigação em manutenção da paz. Tendo em conta o fato de que a escolha do quadro teórico determina invariavelmente o que estudar, como estudá-lo e as formas como estas escolhas influenciam os possíveis resultados do estudo, é altamente improvável que a uma única teoria explique totalmente as complexidades das operações de paz contemporâneas, especialmente num continente como a África, com diferentes atores de manutenção da paz. Portanto, a manutenção da paz é melhor compreendida através da aplicação de muitas teorias, a fim de descobrir os motivos das instituições de manutenção da paz que à autorizam, suas forças, bem como o papel desempenhado pelas missões de manutenção da paz e os interesses que estas servem.

PALAVRAS-CHAVE

Manutenção da Paz; Nações Unidas; Organizações Regionais.

*Recebido em 25 de outubro de 2018.
Aprovado em 15 de fevereiro de 2019.*

Translated by André Pereira